

**Professor Bruno Eduardo**Site: <http://www.brunoeduardo.com>Email: [professor@brunoeduardo.com](mailto:professor@brunoeduardo.com)Facebook: <http://www.facebook.com/professorbrunoeduardo>**REVISÃO: PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIOS****CESPE - 2012 - ANCINE - Técnico Administrativo**

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

01. Consoante o princípio da periodicidade, o exercício financeiro corresponde ao período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas.

**FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Contabilidade**

02. O princípio orçamentário que prevê a coexistência de vários orçamentos que, no entanto, devem ser consolidados em uma só Lei Orçamentária Anual é o princípio da

- a) Exclusividade.
- b) Especificação.
- c) Totalidade.
- d) Não afetação das receitas.
- e) Periodicidade.

**FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário**

03. O princípio da universalidade do orçamento público determina que

- a) todas as receitas e despesas do Estado devem estar agrupadas no orçamento fiscal contido na Lei Orçamentária Anual de cada ente federado, exceto as transferências constitucionais.
- b) a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- c) a Lei Orçamentária Anual deve abranger o período de um ano, considerado o exercício financeiro para efeito de previsão das receitas e fixação das despesas.
- d) a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas de seus respectivos poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações, exceto aquelas oriundas de operações de crédito de longo prazo.
- e) todas as receitas e despesas de capital do Estado devem integrar o Plano Plurianual, inclusive aquelas das empresas públicas e empresas de economia mista.

**FCC - 2012 - TST - Analista Judiciário - Área Administrativa**

04. A determinação legal para que o governo, dentre outros, divulgue o orçamento público de forma ampla à sociedade, de acordo com a Lei Complementar no 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, atende ao princípio da

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) clareza.
- d) transparência.
- e) universalidade.

**ESAF - 2012 - CGU - Analista de Finanças e Controle - prova 2**

05. A transparência do processo orçamentário, possibilitando a fiscalização pela sociedade, pelos órgãos de controle e pelo Congresso Nacional, é conferida especialmente pelo seguinte princípio orçamentário:

- a) Publicidade.
- b) Universalidade.
- c) Unidade (Totalidade).
- d) Exclusividade.
- e) Transparência (Especificação ou Especialização).

**FMP-RS - 2011 - TCE-MT - Auditor Público Externo**

06. O princípio que estabelece que a "lei de meios" não conterá "cauda orçamentária" é o da

- a) não afetação.
- b) não cumulatividade.
- c) não confisco.
- d) exclusividade.
- e) universalidade.

**CESPE - 2011 - Correios - Analista de Correios - Administrador**

Julgue os itens que se seguem, acerca de orçamento público.

07. A vedação da realização de operações de crédito superiores às despesas de capital fundamenta-se na austeridade econômico-financeira do Estado, que busca não transgredir o princípio do equilíbrio.

**CESPE - 2010 - MPU - Analista - Contabilidade**

Os princípios orçamentários visam assegurar o cumprimento do disposto na Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

08. A vedação da aprovação de emendas ao projeto de LOA sem a indicação dos recursos necessários, admitindo os provenientes de anulação de despesas, reforça o princípio do equilíbrio.

**CESGRANRIO - 2010 - BACEN - Analista do Banco Central**

09. Sobre os princípios orçamentários, analise os itens a seguir.

- I. A inclusão de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa na lei orçamentária anual fere o princípio da universalidade.
- II. O princípio da unidade estabelece que o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.
- III. A vedação da apropriação de receitas de impostos a despesas específicas, salvo as exceções constitucionais, caracteriza o denominado princípio da não afetação das receitas.
- IV. O princípio da publicidade prescreve que o conteúdo orçamentário deve ser divulgado por meio de veículos oficiais de comunicação, para o conhecimento público e para a eficácia de sua validade.

Estão corretos APENAS os itens

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

**CESPE - 2004 - STJ - Analista Judiciário**

Em matéria orçamentária, as vedações constitucionalmente definidas incluem o(a):

- 10. Início de programas não-incluídos como prioridade na LDO.
- 11. Realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- 12. Abertura de crédito adicional sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- 13. Transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- 14. Utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e de investimentos das estatais para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- 15. Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- 16. Transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos governos federal e estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

**REVISÃO: ORÇAMENTO PROGRAMA**

**FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Contabilidade**

17. O orçamento que enfatiza os fins, em vez de os meios, e que a base fundamental é o planejamento, em vez de ser apenas um instrumento contábil de controle, é o orçamento
- programa.
  - base zero.
  - clássico.
  - tradicional.
  - legislativo.

**CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Contabilidade**

18. Considerando os elementos essenciais do orçamento programa, analise as afirmativas a seguir:
- Programas são os instrumentos de integração de esforços do governo para concretização de objetivos.
  - Custos dos programas são medidos por meio da identificação dos meios ou insumos.
  - Medidas de desempenho têm a finalidade de mensurar a execução de programas.

Assinale

- se apenas I e II estiverem corretas.
  - se apenas I e III estiverem corretas.
  - se apenas II e III estiverem corretas.
  - se todas estiverem corretas.
19. O orçamento programa é um instrumento de planejamento que permite identificar os programas, os projetos e as atividades que o Governo pretende realizar, além de estabelecer os objetivos, as metas, os custos e os resultados esperados e oferecer maior transparência dos gastos públicos.

Constitui-se em característica do orçamento programa a

- classificação das despesas por objeto de gasto.
- criação de conselhos populares.
- não vinculação ao sistema de planejamento.
- quantificação dos objetivos e fixação das metas.

**FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Contabilidade**

20. No processo orçamentário que se caracteriza por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto é um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas, toda a ênfase reside na performance organizacional, sendo também conhecido como orçamento funcional. Esta técnica orçamentária é conhecida como orçamento
- programa.
  - clássico.
  - de desempenho.
  - fixo.
  - contínuo.

21. Um sistema de planejamento, programação e orçamentação, introduzido sob a denominação de PPBS (*Planning Programming Budgeting System*), em que algumas das principais características são: integração, planejamento, orçamento; quantificação de objetivos e fixação de metas; relações insumo-produto; acompanhamento físico-financeiro e avaliação de resultados. Esta técnica orçamentária é conhecida como orçamento

- clássico.
- programa.
- de desempenho.
- variável.
- contínuo.

**REVISÃO: PPA - PLANO PLURIANUAL**

**CESPE - 2012 - TRE-RJ - Analista Judiciário - Contabilidade**

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

22. A execução de investimentos sem sua prévia inclusão no plano plurianual não poderá ser realizada após o período correspondente a um ciclo orçamentário.

**CESPE - 2012 - TJ-RR - Contador**

23. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) da União será encaminhado ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do exercício de sua elaboração, prazo que também deve ser observado pelos estados para a remessa de seus PPA's às respectivas assembleias legislativas.

**FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário**

24. Em relação ao Plano Plurianual, considere:

- Lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual estabelece as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e das operações de créditos para as despesas de capital.
- Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Está correto o que se afirma apenas em

- II e III.
- III e IV.
- II e IV.
- I e III.
- I e II.

**CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial**

Julgue os itens a seguir, a respeito das peças orçamentárias que constituem o sistema de planejamento público no Brasil.

25. O plano plurianual deve prever e delimitar a política de aplicação dos recursos investidos pelas agências financeiras oficiais de fomento.

**FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa**

26. A lei que instituir o Plano Plurianual

- compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no anexo de Metas Fiscais.
- estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- podrá autorizar a realização de operação de crédito para pagamento de despesas com pessoal.
- compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

## LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Técnico Judiciário

27. As disposições sobre equilíbrio entre receitas e despesas devem estar contidas
- na Lei Orçamentária Anual.
  - na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - no Plano Plurianual.
  - no decreto de abertura de Créditos Adicionais.
  - na programação financeira.

## CESPE - 2012 - TRE-RJ - Analista Judiciário

A respeito de noções básicas e gerais de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

28. Somente depois da CF, com a criação da lei de diretrizes orçamentárias servindo de instrumento de ligação entre o plano plurianual e os projetos e ações colocados efetivamente em prática, o orçamento passou a exercer um papel no planejamento governamental.

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

29. O anexo de metas fiscais integra a lei orçamentária anual, compreendendo, entre outras informações, a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

No que se refere a diretrizes, princípios e técnicas orçamentárias, julgue os itens seguintes.

30. O equilíbrio entre receitas e despesas é um dos assuntos que deve dispor a lei de diretrizes orçamentárias.

## ESAF - 2012 - CGU - Analista de Finanças e Controle

31. Assinale a opção que indica matéria que, segundo dispõe a Constituição Federal, não é objeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

- Diretrizes para a elaboração dos orçamentos.
- Estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras de fomento.
- Regras para alteração da legislação tributária.
- Orientação relacionada aos gastos com transferências a terceiros.
- Prioridades da Administração Pública Federal.

32. Segundo o que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, programa de governo é definido como:

- o segundo nível da categoria de programação e destina-se à especificação dos gastos governamentais cuja mensuração se faz por indicadores do PPA.
- instrumento de organização dos gastos governamentais, composto por ações e mensuração a partir de indicadores da LOA.
- conjunto de ações e metas de um determinado exercício cuja mensuração se faz pelo volume de gasto realizado.
- mecanismo de organização da ação governamental, detalhado por projetos cuja mensuração se faz por indicadores do PPA.
- instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos cuja mensuração se faz por indicadores do PPA.

## CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial

Julgue os itens a seguir, a respeito das peças orçamentárias que constituem o sistema de planejamento público no Brasil.

33. Os estados, o Distrito Federal e os municípios são obrigados a elaborar, submeter aos respectivos Poderes Legislativos e aprovar suas próprias leis de diretrizes orçamentárias, independentemente do que ocorra no processo orçamentário da União.

## LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

## FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário

34. Em relação à Lei Orçamentária Anual, considere:

- Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- Orçamento Plurianual relativo aos programas de duração continuada referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta.
- Orçamento Financeiro da União, dos Estados e dos Municípios.

A Lei Orçamentária da União deve compreender o que consta APENAS em

- I e III.
- I, II e III.
- I, II e V.
- II e IV.
- III, IV e V.

## FCC - 2012 - TST - Analista Judiciário - Área Administrativa

35. A Lei orçamentária anual, nos termos da Constituição Federal,

- não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para contratação de pessoal quando for em caráter de urgência.
- estabelecerá, para um período de dois anos, a previsão das receitas e despesas correntes e de capital da administração pública federal, compreendendo as receitas e despesas das concessionárias de serviços públicos.
- compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas, o orçamento da seguridade social, abrangendo as receitas e despesas correntes das concessionárias de serviços públicos.

## CESPE - 2012 - TRE-RJ - Analista Judiciário

No Brasil, o processo de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento público obedece a regras específicas definidas na CF e na legislação infraconstitucional.

Com base nessas normas, julgue os itens seguintes.

36. A apresentação da lei orçamentária anual no caso da União é de iniciativa privativa do presidente da República, mas esse poder é vinculado aos prazos determinados pela legislação e o não cumprimento desses prazos constitui crime de responsabilidade.

## CESPE - 2012 - TJ-RR - Contador

37. O projeto de lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, com montante e forma de utilização definidos com base na receita corrente líquida e estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

## CRÉDITOS ADICIONAIS

## FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Contabilidade

38. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar que
- a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes é vedada.
  - os créditos especiais e extraordinários terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem autorizados, seja qual for a data de promulgação do ato de autorização.
  - uma das possíveis fontes de financiamento dos créditos adicionais são os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
  - os créditos adicionais suplementares destinam-se a financiar despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
  - a edição de medida provisória com o objetivo de abrir créditos extraordinários é vedada.

## FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Analista Judiciário

39. Durante o exercício financeiro, o Secretário de Saúde necessitava alterar o orçamento para incluir a despesa com a aquisição de um aparelho de tomografia, não previsto no orçamento, mas viável em decorrência do excesso de arrecadação durante o exercício. Sabendo que a realização da despesa estava em conformidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual poderia ser alterada, desde que aprovado pelo Poder Legislativo, por meio
- da abertura de créditos especiais.
  - da abertura de créditos suplementares.
  - da abertura de créditos extraordinários.
  - do remanejamento de créditos orçamentários.
  - da descentralização de créditos.

## FCC - 2012 - TST - Analista Judiciário - Área Administrativa

40. Determinado Município brasileiro necessita contratar por emergência uma empresa para fazer a coleta de lixo para o período de julho a dezembro de 2012, no valor mensal de R\$ 5.000,00. Considerando que o saldo da dotação é insuficiente à realização da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, deve-se abrir crédito adicional
- complementar.
  - suplementar.
  - especial.
  - extraordinário.
  - emergencial.

## FCC - 2012 - TST - Técnico Judiciário - Área Administrativa

41. Com relação aos créditos adicionais, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, é correto afirmar que
- os créditos adicionais extraordinários destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e serão autorizados por lei.
  - somente para os créditos adicionais extraordinários, a abertura depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
  - a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
  - o reforço de dotações orçamentárias será feito mediante crédito adicional especial.
  - os créditos especiais terão vigência no exercício em que forem abertos e independem de autorização legislativa.

## RECEITA PÚBLICA

## CESPE - 2012 - ANCINE - Técnico Administrativo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

42. O produto da arrecadação de multas resultantes das atividades exercidas pela ANCINE integra a receita corrente dessa agência.

## FCC - 2012 - TCE-AM - Analista de Controle Externo

43. Sobre as receitas públicas é correto afirmar que
- os depósitos caução são fontes de recursos que devem constar na Lei Orçamentária Anual.
  - a obtenção de um empréstimo, para amortização em prazo superior a doze meses, dá origem a uma receita extraorçamentária.
  - o valor dos encargos financeiros das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária é uma receita extraorçamentária.
  - as receitas provenientes de multas e juros sobre tributos e de taxas pelo exercício do poder de polícia são classificadas como receitas correntes.
  - as receitas provenientes de aluguel de imóveis pertencentes ao ente público e da amortização de empréstimos concedidos são classificadas como receitas de capital.

## FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Técnico Judiciário

44. De um governo municipal, considere os dados referentes ao exercício financeiro de X1:

	R\$ (mil)
Receita Prevista	9.000,00
Receita Lançada	8.900,00
Receita Arrecadada	8.700,00
Receita Recolhida	8.650,00
Despesa Fixada	9.000,00
Despesa Empenhada	8.600,00
Despesa Liquidada	8.350,00
Despesa Paga	8.000,00

Em obediência ao art. 35 da Lei nº 4.320/64, o valor das receitas e das despesas que pertencem ao exercício financeiro de X1 são, respectivamente, em milhares de reais

- 9.000,00 e 9.000,00.
- 8.900,00 e 8.600,00.
- 8.700,00 e 8.600,00.
- 8.700,00 e 8.350,00.
- 8.650,00 e 8.000,00.

## ESAF - 2012 - CGU - Analista de Finanças e Controle - prova 2

45. Com base nas normas e procedimentos adotados no âmbito do governo federal, assinale a opção incorreta a respeito dos conceitos e estágios relacionados com a receita pública.
- A receita arrecadada não pode ser superior ao montante previsto pela lei orçamentária.
  - No lançamento de receitas, é verificada a procedência do crédito fiscal e a pessoa devedora.
  - O recolhimento das receitas deve obedecer ao princípio da unidade de tesouraria e é vedada a criação de caixas especiais.
  - A entrega dos recursos ao tesouro obedece ao regime de caixa em obediência a definições da Lei nº 4.320/64.
  - A previsão da receita deve considerar as alterações na legislação, a variação do índice de preço e o crescimento econômico.

**DESPESA PÚBLICA****FCC - 2012 - TST - Analista Judiciário - Área Administrativa**

46. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dentre outros, será acompanhado de
- estimativa da arrecadação das receitas no exercício em que deva entrar em vigor o aumento da despesa e nos dois subsequentes.
  - declaração do ordenador da despesa de que o aumento será compensado mediante aumento das receitas nos exercícios subsequentes.
  - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
  - justificativas do ordenador da despesa da necessidade do aumento demonstrando a origem dos recursos para o seu custeio no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
  - comprovação de que a despesa criada ou aumentada, independentemente de aumento na arrecadação de receitas, não provocará déficit orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos demais subsequentes.

**FCC - 2012 - TRF - 5ª REGIÃO - Técnico Judiciário**

47. De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, uma despesa que não pode ser iniciada sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize a sua inclusão, é a despesa com
- construção de um hospital, cuja execução será em três anos.
  - aquisição de material de consumo, cujo uso será em três meses.
  - construção de uma praça, cuja execução será em oito meses.
  - passagens e diárias para participação em eventos técnicos.
  - juros e encargos da dívida fundada.

**CESPE - 2012 - TRE-RJ - Analista Judiciário**

Acerca das técnicas, métodos e definições conceituais da atividade orçamentária pública, julgue os próximos itens.

48. Supondo que o governo tenha verificado ao final de um exercício financeiro que houve superávit no balanceamento entre receitas e despesas correntes, então a diferença apurada poderá ser utilizada para o pagamento da folha de salários do exercício seguinte.

**FCC - 2012 - MPE-AP - Analista Ministerial - Ciências Contábeis**

49. A despesa, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, é considerada obrigatória de caráter continuado quando
- aprovada na lei orçamentária para atender dispositivos legais que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período de dois ou mais exercícios.
  - capital prevista no Plano Plurianual, cujo prazo de execução seja superior a dois exercícios financeiros.
  - prevista na lei diretrizes orçamentárias, derivada de lei específica, medida provisória ou ato administrativo normativo, cujo prazo de execução ultrapasse três exercícios financeiros.
  - corrente destinada a manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis independentemente do prazo de execução.
  - corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**EMPENHO DA DESPESA****CESPE - 2011 - TJ-ES - Analista Judiciário - Área Administrativa**

Acerca das receitas governamentais e dos gastos públicos, julgue os itens subsequentes.

50. Para os gastos públicos do governo decorrentes de aluguéis pagos de forma parcelada, aplica-se a modalidade do empenho global. Já o empenho por estimativa é utilizado nas despesas das repartições públicas com o consumo de energia elétrica, por exemplo, pois não se pode determinar previamente o montante exato dessa despesa.

**CESPE - 2011 - Correios - Analista de Correios - Administrador**

Julgue os itens que se seguem, acerca de orçamento público.

51. Apesar de a nota de empenho não representar uma efetiva saída de recursos financeiros, a sua emissão reduz a dotação existente.

**CESPE - 2011 - MMA - Analista Ambiental - I**

Com relação às despesas e receitas do orçamento público, julgue os itens seguintes.

52. Em relação aos estágios da despesa, destacam-se o empenho e a liquidação. O empenho cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Já a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, conforme os documentos que comprovem o respectivo crédito.

**FCC - 2010 - MPE-RS - Agente Administrativo**

53. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a nota de empenho
- pode ser substituída pelo contrato.
  - pode ser dispensada em casos especiais.
  - não precisa indicar o nome do credor.
  - já não pode ser dispensada.
  - é documento que substitui o empenho.

**FCC - 2010 - MPE-RS - Agente Administrativo**

54. No início do exercício financeiro, órgão da Administração Pública precisa fazer empenho de despesa para pagamento de energia elétrica durante o exercício. Esse empenho será na modalidade
- sub-empenho.
  - parcelada.
  - ordinário.
  - global.
  - estimativa.

**CESPE - 2010 - ABIN - OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA**

Julgue os próximos itens com base na Lei n.º 4.320/1964.

55. O empenho da despesa vincula dotação de crédito orçamentário ao pagamento de obrigação, assegurando aos fornecedores e prestadores de serviços aos entes públicos tão somente o cumprimento da respectiva contrapartida contratual.

**UFF - 2009 - UFF - Técnico de Contabilidade**

56. O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição denomina-se:
- empenho;
  - guia de recolhimento;
  - precatório;
  - aviso de crédito;
  - ordem de pagamento.

**CESPE - 2008 - TCU - Analista de Controle Externo -**

57. O orçamento é o mais eficaz instrumento de verificação prévia da utilização dos recursos públicos visto que, além de passar pela aprovação dos representantes políticos da população, fixa tetos para as despesas, que só podem ser realizadas mediante prévio empenho e, conforme o caso, após licitação.

## LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

## FGV - 2010 - BADESC - Analista Administrativo

58. O ato emanado de autoridade competente que gera a obrigação de pagamento e a verificação do direito adquirido pelo credor com base em títulos e créditos que comprovem o respectivo crédito, referem-se, respectivamente, às seguintes fases:

- a) liquidação e empenho.
- b) pagamento e empenho.
- c) empenho e liquidação.
- d) pagamento e liquidação.
- e) empenho e pagamento.

## FCC - 2009 - PGE-RJ - Técnico Superior de Análise Contábil

59. De acordo com a Lei no 287/79, os comprovantes da entrega de material, da execução efetiva do serviço ou da execução da obra são elementos integrantes

- a) da inscrição na dívida ativa.
- b) da fixação da despesa.
- c) do processo de licitação.
- d) do pagamento da despesa.
- e) da liquidação da despesa.

## FCC - 2009 - TJ-AP - Analista Judiciário - Contador

60. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios. Essa verificação tem por fim apurar a

- a) validade do empenho, o contrato efetuado entre o credor e o devedor e a qualidade dos produtos ou serviços objetos da licitação.
- b) validade do empenho, a importância exata a pagar e a qualidade dos produtos ou serviços objetos da licitação.
- c) origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- d) origem e o objeto do que se deve pagar, o contrato entre o credor e o devedor e a importância exata a pagar.
- e) origem e o objeto do que se deve pagar, a qualidade dos produtos ou serviços objetos da licitação e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

## FCC - 2009 - MPE-SE - Analista do Ministério Público

61. De acordo com a Lei no 4.320/64, a fase de execução da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, é denominada

- a) recolhimento.
- b) liquidação.
- c) empenho.
- d) licitação.
- e) pagamento.

## FCC - 2010 - TRE-AL - Analista Judiciário - Contabilidade

62. O descumprimento pelo credor das obrigações constantes do empenho, impedindo o ente público de receber o material entregue, implica no cancelamento do estágio da despesa denominado:

- a) Liquidação.
- b) Empenho.
- c) Pagamento.
- d) Fixação.
- e) Previsão.

## CESPE - 2004 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal

Considerando as características, os princípios, as técnicas e as normas próprias da administração financeira e orçamentária do setor público federal brasileiro, julgue os itens subsequentes.

63. A liquidação da despesa ocorre no momento em que o credor recebe o valor que lhe é devido pelo setor público.

## RESTOS A PAGAR

## CESPE - 2006 - ANCINE - Analista Administrativo

Julgue os itens subsequentes, relativos a despesa pública e restos a pagar.

64. A inscrição em restos a pagar decorre da observância do regime de caixa para as despesas. Portanto, as despesas empenhadas, que não forem pagas até o dia 31 de dezembro nem canceladas pelo processo de análise e depuração, e que atendam os requisitos previstos em legislação específica, devem ser inscritas em restos a pagar.

## CESPE - 2012 - TJ-RR - Administrador

A respeito de despesa pública, julgue os itens que se seguem.

65. Os restos a pagar não processados são válidos até 31 de dezembro do exercício subsequente, momento em que são automaticamente cancelados.

## CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal

No que se refere a administração financeira e orçamentária, julgue os itens que se seguem.

66. Ao fornecedor que deseje ver inscrito em restos a pagar os valores devidos pela administração pública na condição de despesa já processada será suficiente provar que foi realizado o pertinente empenho da despesa.

## FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário

67. Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas

- a) não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- b) não pagas até 31 de março, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- c) não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se apenas as despesas em fase de liquidação.
- d) não pagas até 31 de março, distinguindo-se apenas as não processadas.
- e) não pagas até 31 de março.

## FCC - 2012 - TCE-SP - Agente de Fiscalização Financeira

68. Em 30/11/X10, uma determinada prefeitura empenhou despesa com material de consumo no valor de R\$ 10.000,00, mas até o final do exercício a despesa não havia sido liquidada. Todavia, no dia 30/01/X11, o fornecedor entregou a mercadoria conforme havia contratado com a prefeitura. Considerando que o empenho da despesa NÃO foi anulado em X10, o ordenador de despesa deveria

- a) solicitar a reversão do registro da inscrição de restos a pagar não processados ao setor de contabilidade.
- b) solicitar a inscrição de restos a pagar não processados em 30/01/X11 e, em seguida, emitir a ordem de pagamento ao credor.
- c) empenhar e liquidar despesa com material de consumo e, posteriormente, emitir a ordem de pagamento ao credor.
- d) empenhar e liquidar despesa de exercícios anteriores no orçamento de X11 e, posteriormente, emitir a ordem de pagamento ao credor.
- e) solicitar a liquidação de restos a pagar não processados e, posteriormente, emitir a ordem de pagamento ao credor.

## CESPE - 2011 - EBC - Analista - Contabilidade

Julgue os próximos itens, relativos a restos a pagar.

69. Todos os empenhos que, ao final do exercício financeiro, não forem liquidados, deverão ser cancelados para que seja evitada a sua inscrição em restos a pagar.

70. O pagamento das despesas de 2010 inscritas em restos a pagar processados dependerá do requerimento da empresa fornecedora do material ou serviço, o que dará origem ao seu processo de reconhecimento da dívida de exercícios anteriores.

**DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES****CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Técnico em Contabilidade**

71. Após um ano de inscrição de uma determinada despesa em Restos a Pagar, foi efetuado o seu cancelamento. Caso o credor do Estado venha a reclamar o seu recebimento, o ente público poderá efetuar o pagamento à conta de dotação destinada a:

- despesa extraorçamentária
- despesa orçamentária do exercício vigente
- despesas de exercícios anteriores
- obrigações de exercícios anteriores
- reserva de contingência

**FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo**

72. Em relação às despesas de exercícios anteriores, analise as afirmações a seguir.

- As despesas de exercícios anteriores somente poderão ser pagas se inscritas em restos a pagar.
- Poderão ser pagos como despesas de exercícios anteriores os restos a pagar com prescrição interrompida.
- O pagamento de despesas de exercícios anteriores é caracterizado como uma despesa extraorçamentária.
- Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, tais como aumentos salariais dos servidores com efeito retroativo ao exercício anterior, não poderão ser pagos como despesas do exercício seguinte, devendo ser reclassificados como restos a pagar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- I.
- II.
- III.
- I e III.
- I e IV.

**CESPE - 2007 - TCU - Técnico de Controle Externo**

Despesas de exercícios anteriores são resultantes de compromissos gerados em exercícios anteriores àqueles em que devam ocorrer os pagamentos e que não estejam inscritos em restos a pagar. Relativamente à validade dos valores registrados como despesas de exercícios anteriores, julgue o item a seguir.

73. Os valores registrados como despesas de exercícios anteriores terão validade até o encerramento do ano subsequente e, após essa data, os saldos remanescentes serão automaticamente cancelados, permanecendo em vigor, no entanto, o direito do credor por cinco anos.

**FCC - 2010 - TRE-AM - Analista Judiciário - Área Administrativa**

74. Em 01/12/X8, a Secretaria de Educação empenhou despesa em dotação orçamentária própria para a aquisição de microcomputadores. No dia 31/12/X8, os equipamentos ainda não haviam sido entregues e a administração pública municipal resolveu cancelar o empenho e não inscrevê-lo em Restos a Pagar. Todavia, no início do exercício seguinte, o fornecedor entregou a mercadoria conforme havia contratado com a prefeitura. Neste caso, o ordenador de despesa deveria

- solicitar a reversão do registro da anulação da despesa ao setor de contabilidade.
- solicitar a inscrição de restos a pagar de exercícios anteriores e, posteriormente, o pagamento ao credor.
- empenhar despesa com material permanente e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.
- empenhar despesa de exercícios anteriores no orçamento de capital e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.
- empenhar despesa de exercícios anteriores no orçamento corrente e, posteriormente, solicitar o pagamento ao credor.

**SUPRIMENTO DE FUNDOS****FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Contabilidade**

75. É uma das características do adiantamento (suprimento) de fundos:

- ser utilizado para financiar despesas que poderiam ser realizadas por meio de licitação regular.
- realizar o empenho da despesa após a prestação de contas do suprido.
- ser concedido somente a servidor público ou a terceiro autorizado pelo ordenador da despesa.
- seu prazo de aplicação não poder ultrapassar o exercício financeiro.
- poder ser concedido a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, mesmo que haja na repartição outros servidores.

**FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Contabilidade**

76. Um servidor recebeu suprimento de fundos para fazer face a despesas de viagens, mas não precisou utilizar todo o recurso. A diferença entre o valor disponibilizado e o valor utilizado foi recolhida antes do encerramento do exercício, constituindo uma

- anulação de despesa.
- despesa de restituição.
- receita de restituição.
- receita extraorçamentária.
- despesa extraorçamentária.

**CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal**

No que se refere à administração financeira e orçamentária, julgue os itens que se seguem.

77. Um servidor designado pelo ordenador de despesas poderá realizar, com suprimento de fundos, o pagamento de despesas do vice-presidente da República durante viagens nacionais.

**FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo**

78. O suprimento de fundos

- depende de prévio empenho na dotação orçamentária da despesa a ser realizada.
- pode ser concedido a qualquer servidor, sem restrições de espécie alguma.
- destina-se apenas e tão somente ao financiamento de despesas sigilosas.
- independe de qualquer tipo de prestação de contas, quando concedido por meio de cartão corporativo.
- deve ser movimentado por meio de abertura de conta bancária destinada.

**FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa**

79. Considerando que um setor administrativo necessita pagar ajuda de custo para transporte a seus servidores que realizarão um curso em outro município, a despesa deverá ser realizada mediante o regime

- de adiantamento, no qual, após a emissão do prévio empenho na dotação própria, o recurso será entregue a um servidor designado que se responsabilizará pelos pagamentos aos demais servidores e pela respectiva prestação de contas.
- de adiantamento aos servidores em alcance, que serão posteriormente reembolsados por seus gastos.
- normal de aplicação da despesa, realizando-se licitação para contratação dos serviços de transporte.
- de adiantamento, cujo empenho será emitido após a prestação de contas, no exato valor despendido pelos servidores.
- normal de aplicação, sendo elaborada uma nota de empenho para cada servidor beneficiário, após a liquidação da despesa.

**RESPONSABILIDADE FISCAL**

**IADES - 2011 - PG-DF - Analista Jurídico – Administração**

80. A Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo da Constituição Federal, que compreende
- disposições obrigando apenas à União o cumprimento de suas responsabilidades, desde que apresente responsabilidade na gestão fiscal que pressupõe uma ação transparente com Estados e Municípios.
  - uma responsabilidade na gestão global, independente de planos desenvolvidos.
  - uma ação planejada e transparente, em que se previnem riscos mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.
  - disposições obrigando à União o cumprimento de suas responsabilidades.
  - disposições, exigindo dos órgãos competentes, junto aos Estados e Municípios, o cumprimento de suas responsabilidades, em que se previnem riscos mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

**FMP-RS - 2011 - TCE-MT - Auditor Público Externo**

81. Acerca da Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.
- Sendo lei federal, não obriga os Estados e os Municípios.
  - Dispõe sobre normas do ciclo orçamentário, visando ao equilíbrio entre receitas e despesas.
  - Não dispõe sobre operações com o Banco Central do Brasil.
  - Não dispõe sobre competências dos tribunais de contas.
  - Dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, regulamentando-o.

**CESPE - 2011 - TJ-ES - Analista Judiciário - Área Administrativa**

	R\$ milhões
despesas com pessoal	
despesas brutas com pessoal	602,7
despesas não computadas (§1.º do art. 19 da LRF)	208,7
<b>receita corrente líquida</b>	<b>7.909,0</b>

Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Internet: <www.tj.es.gov.br> (com adaptações).

- Considerando a tabela acima, que apresenta dados contidos no relatório de gestão fiscal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ/ES), de janeiro a dezembro de 2010, julgue os itens que se seguem com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
82. O montante da receita corrente líquida informada no relatório de gestão do TJ/ES corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as transferências realizadas pelo estado do Espírito Santo para os municípios por determinação constitucional.
83. As despesas com pessoal do TJ/ES estão abaixo do limite prudencial estabelecido na LRF, não impedindo, portanto, o tribunal de conceder reajuste ou fazer adequação de remuneração dos seus servidores.

**CESPE - 2010 - TRT - 21ª Região (RN) - Analista Judiciário – Contabilidade** – No que se refere aos instrumentos de transparência, controle e fiscalização previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

84. Para que a sociedade conheça e acompanhe em tempo real a execução dos contratos públicos, o lançamento e o recebimento de todas as receitas das unidades gestoras devem ser disponibilizados em meios eletrônicos de acesso público, à exceção dos recursos extraordinários.
85. O acesso às informações referentes a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa deve ser disponibilizado pelos entes da Federação a qualquer pessoa física ou jurídica.

**CESPE - 2007 - TCU - Técnico de Controle Externo** – Conforme o disposto na Lei nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais compõem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acerca do papel do anexo de riscos fiscais, julgue o item a seguir.

86. No anexo de riscos fiscais, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, e informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

**CESPE - 2007 - TCU - Técnico de Controle Externo** – Segundo o disposto na LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO. Com relação a esse assunto, julgue o item seguinte.

87. Poderão ser objeto de limitação de empenho as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, desde que essa limitação esteja prevista na LDO.

**MPE-MS - 2011 - MPE-MS - Promotor de Justiça**

88. Com relação à Lei Complementar nº 101/05, assinale a alternativa correta:
- É obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios;
  - Na verificação do atendimento aos limites de despesa total com o pessoal, devem ser computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados;
  - Entende-se como empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;
  - O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será integrado pelo Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas plurianuais, em valores correntes e constantes;
  - É admitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**FCC - 2011 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Contabilidade**

89. Considere as seguintes afirmações a respeito do conteúdo da Lei Complementar no 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF):
- I. Os efeitos financeiros das despesas obrigatórias de caráter continuado, nos períodos seguintes, devem obrigatoriamente ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
  - II. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 40% da receita corrente líquida.
  - III. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
  - IV. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término do quadrimestre subsequente, sendo que o excedente deverá ser reduzido em pelo menos 50%.

**Está correto o que se afirma APENAS em**

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**FCC - 2011 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa**

90. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Chefe do Poder Executivo contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de um determinado prazo do último ano de seu mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Esse prazo corresponde
- a) aos três últimos bimestres do ano.
  - b) aos dois últimos quadrimestres do ano.
  - c) aos quatro últimos meses do ano.
  - d) aos três últimos trimestres do ano.
  - e) ao último semestre do ano.

**FCC - 2011 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Administrativa**

91. Constituem peças importantes para a avaliação do desempenho do ente público no tocante à arrecadação de receitas e execução de despesas, criados pela Lei da Responsabilidade Fiscal:
- a) Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais.
  - b) Relatório de Variação das Disponibilidades de Caixa no Exercício e Demonstração das Variações Patrimoniais.
  - c) Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial.
  - d) Balanço Orçamentário e Balanço Extraorçamentário.
  - e) Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório da Gestão Fiscal.

**FCC - 2011 - TRT - 4ª REGIÃO (RS) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

92. Com relação à despesa pública, no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que
- a) é proibida qualquer despesa corrente de caráter continuado, mesmo derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo por um período superior a quatro exercícios.
  - b) sempre que o Tribunal de Contas da União não promova a redução de despesas no prazo estabelecido no Artigo 9º (trinta dias subsequentes a relatório bimestral que demonstre deficiência de receita para cumprir metas), o Poder Judiciário está autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - c) toda despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios é considerada obrigatória de caráter continuado.
  - d) a verificação dos cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada ente da Federação e de cada Poder é competência dos respectivos Poderes Executivos Estaduais.
  - e) o montante da despesa de capital constante no projeto de lei orçamentária não limita a contratação de operações de crédito pelo ente da Federação.

**FCC - 2011 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

93. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá constar na Lei Orçamentária Anual:
- a) Anexo de Metas Fiscais.
  - b) Política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - c) Reserva de Contingência.
  - d) Anexo de Riscos Fiscais.
  - e) Créditos com dotação ilimitada, desde que autorizados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**FCC - 2008 - MPE-RS - Secretário de Diligências**

94. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores dos contratos com terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como
- a) contratos de terceirização.
  - b) despesas de terceiros.
  - c) outras despesas de pessoal.
  - d) prestação de serviços.
  - e) fornecimento de mão de obra.

**CESPE - 2010 - MPU - Analista Administrativo – Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.**

95. Um município cuja despesa total com pessoal ultrapasse, em determinado período de apuração, 50% da receita corrente líquida infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal.